



1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS/PR**
2 **Secretaria Executiva dos Conselhos –**
3 **SEC Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' -Palácio**
4 **das Araucárias**
5 **CEP 80530-915**
6 **Curitiba - Paraná**



7
8 **Assembleia Ordinária do**
9 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR 04/12/2015**

10 Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de 2015, às 8h30 min. em primeira convocação, na sala
11 de reuniões do 7º andar da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social- SEDS, Palácio
12 das Araucárias, sito à rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº Bairro Centro Cívico, em Curitiba - Paraná, foi
13 dado início à Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social, para qual os Conselheiros
14 foram previamente convocados. A saudação inicial foi proferida pelo Conselheiro Presidente Rubens
15 Marcon, representante da Sociedade Civil Recanto Espirita Somos Todos Irmãos, do município de
16 Maringá, que antecipadamente agradeceu a presença de todos. **º 1ª chamada** – Presenças:- Presidente
17 Rubens Marcon (Recanto Espirita Somos Todos Irmãos), Artur dos Santos Andrade (Núcleo de Ação
18 Solidária à AIDS-NASA), Inês Roseli Tonello (Assoc. De Pais e Amigos dos Excepcionais -APAE), Zilma
19 Moraes de Oliveira (Usuária -Regional de Maringá), Vanderlei Augusto (Pastoral da Criança), Lorena
20 (COHAPAR), Paulo Silvério Pereira (APAE de Ibiporã – Regional de Londrina), Andréia Gomes Santos
21 (CRESS- Regional de Paraguá), Marta Maria dos Santos (Usuária -Regional de Cascavel), Terezinha Maria
22 de Wolf (Sindicato dos Assistentes Sociais do Paraná) - **2ª chamada** - Carlos da Silva (Londrina),
23 Luciana Silvestre (ER Ponta Grossa), Mileny Valério de Lima (CRESS), Wlanete Cassiano de Barros Justino
24 (SEDS), Dionéia Maciel (CREES -Regional de Guarapuava), Ricardo Vilarinho (UNILEHU), Dulce Darolt
25 (SEJU), Maria de Lourdes San Roman (SEDS), Leticia Reis (SEDS), Marcela Evangelista (SEDS), Galdys
26 Tortatto (SEDS), Marcia Mazzarotto (SEDS), Malvina Gonçalves Ferreira (SESA) - Total: - 23 Conselheiros.
27 **º Apreciação da pauta e possíveis inclusões. Aprovada. Informes da Secretaria Executiva do**
28 **CEAS/PR:** Ofício nº0553/2015 da SEAB com pedido de alteração de conselheira suplente; Ofício
29 nº006/2015 do CMAS de Nova Aurora com a documentação solicitada pelo CEAS/PR; Ofício nº069/2015
30 do CMAS em resposta ao Ofício nº160/2015 do CEAS; Ofício nº27/2015 do CMAS de Vera Cruz do Oeste
31 em reposta ao ofício 233/2015 do CEAS; Ofício nº231/2015 do CRESS indicando conselheira suplente;
32 Ofício nº003/2015 do CMAS de Abatiá em resposta ao Ofício 237/2015 do CEAS; a conselheira Maria
33 Auxiliadora (suplente) justificou ausência por problemas de saúde e seu titular Araújo também justificou
34 ausência por estar participando da Conferência Nacional de Saúde; o conselheiro Denis justifica ausência
35 por motivos de trabalho; o conselheiro Luiz Tortola justifica ausência por motivos profissionais e
36 particulares; a conselheira suplente da SEED (Delvana) justifica ausência por conta de um procedimento
37 cirúrgico e comunica que a sua titular também não poderá participar da reunião por conta de
38 compromissos em Brasília. **Aprovação da Ata da reunião ordinária de Novembro/2015: Aprovada.**
39 **Relatórios das Comissões: Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial. Protocolado**
40 **nº13.563.065-9: Retorno do CMAS de Curitiba sobre a Inscrição da Associação de Moradores e**
41 **Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II – AMOCOC II. Parecer da Comissão:** Considerando que o
42 CMAS de Curitiba deferiu a inscrição da Entidade, requer o arquivamento do referido recurso. **Parecer do**
43 **CEAS:** Aprovado. **Comissão de Políticas Sociais. 3.1 Pauta Permanente: Panorama de Pagamento**
44 **do Renda Família Paranaense. Relato:** A técnica Michele da UTPFP informar que as informações
45 apresentadas na reunião de Novembro são as últimas consolidadas. A conselheira Dioneia a pedido da
46 sociedade civil questionou a oscilação de famílias beneficiárias do Renda Família Paranaense. **Parecer da**
47 **Comissão:** Ciente, e solicita à gerência do Cadastro Único e Programa Bolsa Família a análise
48 comparativa do número de famílias inseridas no PBF em relação ao número de famílias beneficiárias do
49 RFP. **Parecer do CEAS: Aprovado. 3.2 Panorama de Pagamento do Incentivo Família Paranaense**
50 **INCENTIVO DELIBERAÇÃO 42/13.** Relato: A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente à
51 primeira parcela do Incentivo Família Paranaense, 98 municípios já receberam a parcela e 02 municípios
52 estão com pendências nos documentos enviados. Referente à segunda parcela do Incentivo, 50
53 municípios foram pagos, 39 municípios estão com pendências nos documentos enviados, 05 estão em
54 análise da prestação de contas no setor financeiro e 04 municípios ainda não atingiu prazo de 06 meses
55 de execução do recurso para prestação de contas. Conforme solicitado pelo CEAS, a Unidade Técnica
56 revisou todos os processos e propõe a Minuta de Deliberação que estipula o prazo para prestação de
57 contas parcial até 15/02/16 e prestação de contas final em 15/08/16, com devolução do saldo do recurso
58 não executado ao FEAS visando proposição de outras ações do Programa Família Paranaense. **Parecer**
59 **da Comissão: Ciente, e aprova a minuta apresentada. Parecer do CEAS: Aprovado.**
60 **INCENTIVO II - DELIBERAÇÃO 28/15.** Relato: A técnica Paula, da UTPFP, informa que, referente ao
61 Incentivo II, 54 municípios receberam o recurso, o processo de Cerro Azul está em análise no setor
62 financeiro para pagamento e o município de Agudos do Sul não enviou os documentos necessários para
63

64 adesão conforme prazo (30/11/15), estabelecido na Deliberação 71/15. Em relação a prestação de
65 contas parcial, 16 processos estão em análise no setor financeiro, 31 estão em análise na Unidade
66 Técnica do Família Paranaense e 07 municípios ainda não enviaram a prestação de contas. **Parecer da**
67 **Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 3.3 Pauta Permanente: Programa Luz Fraterna.**
68 **Relato:** A técnica Michele da UTPFP informar que as informações apresentadas na reunião de Novembro
69 são as últimas consolidadas. **Parecer da Comissão: Ciente. Parecer do CEAS: Ciente. 3.4 Pauta**
70 **Permanente: Programa Bolsa Família. Relato:** A técnica Odelita informou que está aberto o período
71 para envio dos Relatórios de Execução das ações das coordenações municipais intersetoriais do Programa
72 Bolsa Família, referente a 2015, bem como, o Plano Municipal Intersetorial do PBF 2016, até 20 de
73 Dezembro de 2015, conforme Nota Técnica Conjunta SEDS/ SEED/SESA nº: 01/2015. **Parecer da**
74 **Comissão: Ciente, solicita que a Secretaria-Executiva encaminhe um ofício aos CMAS reforçando a**
75 **importância deste Plano de Ação, bem como a correta utilização do IGD-M, e do prazo estipulado, e em**
76 **anexo encaminhe a Nota Técnica Conjunta SEDS/SEED/SESA. Nº: 01/2015. Parecer do CEAS:**
77 **Aprovado. Inclusão: 3.5 Protocolo 13.695.216-1 Município de Agudos do Sul: Incentivo II.**
78 **Relato:** A técnica Paula da UTPFP relata as providências que o ER de Curitiba realizou junto ao município
79 de Agudos do Sul, contudo não houve o envio dos documentos pelo município, não podendo deste modo
80 acessar o recurso referente a Deliberação 28/2015. **Parecer da Comissão: Ciente, solicita publicação**
81 **de deliberação do CEAS. Parecer do CEAS: Aprovado. 3.6 Protocolo 13.345.534-5 Alinhamento**
82 **da Política de Assistência Social com a Política de Garantia dos Direitos da criança e do**
83 **adolescente. Relato:** A técnica Ticyana ATPGI apresentou levantamento das compatibilidades entre as
84 ações de responsabilidade da SEDS no Plano Decenal com o Pacto de Aprimoramento e o PEAS.
85 Constatamos que há poucas ações compatíveis, sendo que constam no PEAS 8 ações compartilháveis e no
86 Pacto de Aprimoramento 3 ações. Foi apresentado que junto ao protocolo consta as ações da SEDS para
87 2015 a 2017, e também relatório das ações realizadas em 2014. **Parecer da Comissão: Extrair dos**
88 **relatórios as pautas para discussão no CEDCA e sugerir apresentação para Plenária do planejamento das**
89 **ações de 2016 das coordenações da SEDS, após a consolidação do Relatório de Monitoramento Plano**
90 **Decenal de 2015 em Janeiro/2016. Parecer do CEAS: Pautar novamente o assunto na reunião de**
91 **fevereiro de 2016 para que a comissão possa extrair do relatório as pautas para discussão no CEDCA. 3.7**
92 **Protocolado 13.848.926-4: Processo de Renovação do benefício Tarifa Social da Água. Relato:**
93 A técnica Odelita da CPSB informa as providências já tomadas referente ao benefício Tarifa Social da
94 água, e encontra-se no aguardo da data de reunião com a Sanepar. **Parecer da Comissão: Ciente.**
95 **Parecer do CEAS: Ciente. 3.8 Carta dos trabalhadores do Cadastro Único/ PBF dos municípios da**
96 **regional de Toledo a Secretaria Fernanda Richa. Relato:** A técnica Odelita da CPSB realizou a leitura
97 da carta dos trabalhadores do Cadastro Único/ PBF dos municípios da regional de Toledo á Secretaria
98 Fernanda Richa, a qual solicita uma reunião técnica com os prefeitos, secretários e interessados, para
99 tratar dos assuntos relativos ao Cadastro Único/ PBF, para o empoderamento das atribuições e
100 responsabilidades da pessoa indicada no município como gestora do Cadastro Único/ PBF. **Parecer da**
101 **Comissão: Ciente, e sugere que encaminhe para Coordenação Estadual Intersetorial do Cadastro Único/**
102 **PBF para elaboração de Nota técnica conjunta a respeito. Parecer do CEAS: Aprovado, devendo a**
103 **coordenação providenciar ofício de resposta ao solicitante. 3.9 Ofício nº: 437/2015 SMAS/ PBF do**
104 **Município de Araucária. Relato:** A técnica Odelita fez a leitura do ofício do município de Araucária, o
105 qual solicitou uma capacitação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, quanto ao
106 papel a ser desenvolvido pela comissão de Acompanhamento, Avaliação e Fiscalização do Programa Bolsa
107 Família. A técnica Odelita relatou que foi agendada a referida reunião, contudo devido a conflitos de
108 agendas não ocorreu até a presente data. **Parecer da Comissão: Ciente, solicita que a secretaria-**
109 **executiva do CEAS responda ao ofício, relatando a previsão de capacitação para 2016, e sugere que**
110 **encaminhe para Coordenação Estadual Intersetorial do Cadastro Único/ PBF para elaboração de Nota**
111 **técnica conjunta a respeito. Em tempo encaminhar para Comissão de Acompanhamento aos CMAS, para**
112 **orientação e assessoramento dos conselhos frente a inclusão das instâncias de controle social do PBF.**
113 **Parecer da CEAS: Aprovado, devendo a gestão estadual responder diretamente o município.**
114 **3.10 Ofício nº: 001/2015 Fórum Regional do Cadastro Único/ Bolsa Família da Regional de**
115 **Maringá. Relato:** A técnica Odelita da CPSB fez a leitura do ofício nº: 001/2015, no qual os participantes
116 do Fórum solicita providências para cursos presenciais dos sistemas SIGBPF, CECAD, SICON, tendo em
117 vista os recursos do IGD-E serem destinados a capacitação dos trabalhadores do cadastro Único/ PBF.
118 **Parecer da Comissão: Ciente, e encaminha para as seguintes comissões para análises e resposta ao**
119 **Ofício: Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo; e Comissão de Comunicação, Articulação**
120 **e Mobilização. Parecer do CEAS: Ciente, sendo que o encaminhamento deverá ser feito pela**
121 **gestão estadual. Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo. 1 .1 Ofício nº**
122 **095/2015 TCE/PR.** A Inspeção do TCE/PR encaminhou ofício informando sobre as recomendações
123 realizadas na análise da prestação de contas do FEAS do 1º semestre de 2015. O TCE aponta a
124 necessidade da devolução de R\$ 11.453.066,71, que haviam sido transferidos para o SIGERFI em 2013,
125 sendo que já foram parcialmente restituídos R\$ 7.161.044,04, restando a devolução de R\$ 4.292.022,67.
126 A técnica Marcela informou que essa devolução já foi realizada em Setembro/2015, e que ainda restam

pendentes a devolução do rendimento da aplicação financeira. **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE.**
128 **PARECER DO CEAS: Ciente. 1.2 Ofício nº 279/2015 das SMAS de Prudentópolis.** O município de
129 Prudentópolis solicita orientações sobre Lei Municipal que possa destinar percentual de recurso próprio do
130 Município para a Assistência Social, tendo em vista revogação do Parágrafo 1º do art. 51 da Lei Municipal
131 nº 2156/2015, que destinava 8% dos recursos da receita resultante de impostos na manutenção e
132 desenvolvimento da proteção social, alocados no FMAS. **PARECER DA COMISSÃO: Encaminhar**
133 **protocolo para análise e parecer do NJA/SEDS. PARECER DO CEAS: Aprovado. 1.3 Protocolo**
134 **13.243.549-9 – recursos para o município de Pitanga – calamidades públicas e emergências.**
135 Retorno das Coordenações da PSB e PSE sobre a justificativa de utilização dos recursos
136 FEAS/Emergencial, para reforma do Centro Social Urbano João Gonçalves Padilha e das atividades lá
137 desenvolvidas. **PARECER DA COMISSÃO: Encaminhar o protocolo para CPSB para que se pronuncie**
138 **quanto a informação complementar do ER de Guarapuava e, após ao NJA/SEDS para manifestação,**
139 **quanto a regularidade da execução do recurso para referida reforma. PARECER DO CEAS: Aprovado.**
140 **1.4 Minuta de Deliberação que propõe a alteração da Deliberação nº 042/2013-CEAS/PR.** A
141 técnica da UTPFP Paula, apresentou a minuta de Deliberação para alteração do art. 14 da Deliberação nº
142 042/2013-CEAS/PR que propõe a alteração das datas de prestação de contas, sendo que a parcial será
143 até 15/02/16 e a final até 15/08/16. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER DO CEAS:**
144 **Aprovado. 1.5 Abertura do Sistema Fundo a Fundo – SIFF, para preenchimento dos Planos de**
145 **Ação 2016.** Abertura dos Planos de Ação de 2016, para os repasses fundo a fundo do PPAS – I, II, III e
146 V - com início a partir de 04/01/2016 à 31/03/2016, devendo ao final do período já estar completamente
147 preenchido e aprovado, pelo CMAS. **PARECER DA COMISSÃO: APROVADO. PARECER DO CEAS:**
148 **Aprovado. 1.6 Protocolo nº 13.806.059-4 – Cofinanciamento FEAS Emergencial 2015: Não**
149 **Adesão ao repasse do município de Planalto.** O município de Planalto encaminhou o Ofício nº
150 205/2015, onde informa que por decisão do município com aprovação do CMAS, não aderiram ao repasse
151 do FEAS Emergencial 2015, cujo valor era de R\$ 2.000,00, e que as famílias atingidas foram atendidas
152 com recursos próprios. **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER DO CEAS: Ciente. 1.7**
153 **Protocolo nº 13.246.615-7 – Cofinanciamento FEAS Emergencial 2014: Prestação de Contas do**
154 **FMAS de Campo Bonito.** Apresentação da prestação de contas do município pelo técnico da Gestão de
155 Fundos Rhômullo, quanto ao pagamento de Palestrante para Palestra Motivacional às famílias atingidas.
156 **PARECER DA COMISSÃO: Encaminhar à CPSE para manifestação quanto a viabilidade técnica**
157 **da despesa com Palestrante na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. PARECER**
158 **DO CEAS: Aprovado. 1.8 Protocolo nº 13.780.026-8 – Cofinanciamento FEAS PPAS I 2015:**
159 **Preenchimento das informações no SIFF FMAS DR Ulysses.** Conforme solicitado pelo CEAS, o SIFF
160 foi reaberto para preenchimento das informações do Plano de Ação 2015 de Dr Ulysses. Até o dia
161 30/09/15, as informações foram preenchidas, porém, a resolução do CMAS que foi anexada não
162 menciona que o repasse aprovado foi do PPAS I. Neste período, o FMAS recebeu o repasse da 1ª parcela
163 do incentivo I do Programa Família Paranaense e apresentou Resolução aprovando o referido repasse.
164 **PARECER DA COMISSÃO: CIENTE. PARECER DO CEAS: Ciente. 1.9 Prestação de contas – PPAS**
165 **I.** O técnico Rhômullo apresentou planilha com as prestações de contas do PPAS I – Julho à
166 Dezembro/14. **PARECER DA COMISSÃO: Apresentar direto na plenária.** Marcela Evangelista
167 apresentou o panorama das prestações contas, sendo que o município de Contenda está em situação
168 regular com ressalvas, por ter utilizado o recurso com cestas básicas; o municípios de Doutor Ulysses não
169 recebeu o recurso por não ter preenchido o Sistema; O município de Mato Rico está parcialmente regular,
170 com ressalvas e pendências; Tapira está parcialmente regular com ressalvas e pendências; Tomazina está
171 em situação Regular com ressalvas; Brasilândia do Sul está parcialmente regular, com ressalvas e
172 pendências; Guaraqueçaba está parcialmente regular com ressalva e pendências; Cerro Azul está
173 parcialmente regular com ressalvas e pendências. **PARECER DO CEAS: Aprovado a planilha com**
174 **exceção do município de Contenda, cuja as despesas com cestas básica para o auxílio**
175 **natalidade deverão ser glosadas. Devendo ser encaminhado ofício ao CMAS orientando quanto**
176 **o acompanhamento dos repasses, execução e na prestação de contas.** Inês Roseli ainda
177 menciona o Decreto Estadual publicado no mês de novembro de 2015 com objetivo de transferir uma
178 parte do Imposto de Renda devido, das empresas estatais, ao Fundo da Infância e da Adolescência - FIA
179 e Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR. **Comissão de Comunicação, Articulação e**
180 **Mobilização: Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização: 4.1 Pauta Permanente:**
181 **Educação Permanente do SUAS.** A Conselheira Tatiana, traz a notícia de que a Escola de Governo faz
182 parte da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS – RENEPSUAS e a comissão
183 parabeniza a SETI, SEAP e EG, pelo compromisso com a Política da Assistência Social. **Parecer da**
184 **comissão: Ciente e encaminhar ofício de cumprimento as secretarias envolvidas. Parecer CEAS:**
185 **Aprovado.** CapacitaSUAS II: a Conselheira Tatiana informa que inscrição para os conselheiros no curso
186 vai do dia 01/12 até 11/12/2015 e que os conselheiros estaduais interessados deverão mandar e-mail
187 até quinta-feira dia 10/12 ou manifestar o interesse em plenária do CEAS para constar em ata, no
188 entanto o pólo de cada conselheiro será definido pela Coordenação da Gestão do SUAS posteriormente,
189 tendo em vista o número de vagas disponíveis em cada Universidade. Em reunião anterior do CEAS

190 ficaram deliberadas 30 vagas para conselheiros estaduais. O curso é presencial 1 vez por semana com 8
191 horas/aula com previsão de início na segunda quinzena de fevereiro/2016 de acordo com o cronograma
192 de cada Universidade. Por não haver disponibilidade do calendário dos cursos nesse momento pelas
193 Universidades, os inscritos que não puderem participar poderão ser substituídos no início de fevereiro,
194 visto que poderão ocorrer imprevistos. Solicitamos aos municípios que não ocuparem as vagas com
195 representantes para os três cursos: I introdução ao Exercício do Controle Social do SUAS, II Atualização
196 em Vigilância Socioassistencial do SUAS e III Atualização em Indicadores para Diagnóstico e
197 Acompanhamento do SUAS e do BSM, encaminhar ofício para a Coordenação Estadual da Gestão do
198 SUAS, justificando a ausência, inclusive com ofício do CMAS acompanhado de ata da reunião que
199 deliberou sobre o assunto. A conselheira Inês Roseli sugere que para o deslocamento dos conselheiros
200 estaduais até os pólos de execução dos cursos sejam custeados pelo IGD SUAS, dos 3% previstos para o
201 exercício do controle social (Somente deslocamento) conforme necessidade. O conselheiro que precisar
202 de deslocamento deverá encaminhar uma solicitação para a Coordenação da Gestão do SUAS, para que
203 esta possa encaminhar para a Secretaria Executiva dos Conselhos realizar os trâmites necessários.
204 Pólos: Universidade Estadual de Londrina: o curso será ofertado nos municípios de Londrina e Cornélio
205 Procópio. Universidade Estadual de Maringá: Será ofertado em Maringá e Cianorte. Universidade Estadual
206 de Ponta Grossa: será ofertado nas cidades de Ponta Grossa e Curitiba. Unicentro: Ofertará na cidade de
207 Guarapuava. Unioeste: será ofertado nas cidades de Cascavel e Francisco Beltrão. **Parecer da**
208 **comissão**: Aprovado. **Maria de Lourdes** coloca que deverá ser averiguada a possibilidade do
209 deslocamento ser custeado com recursos do IGD, pois os recursos do ano de 2016 já estão programados.
210 Caso haja possibilidade ela esclarece que este Direito é garantido a todos os conselheiros da sociedade
211 civil, desde que não residam no Polo. Paulo reforça que todos os conselheiros estaduais deveriam realizar
212 a Capacitação; reforçando a fala do conselheiro Paulo, o conselheiro Vanderlei coloca que também é
213 atribuição de todos os conselheiros acompanharem o processo de adesão dos municípios em relação à
214 oferta da capacitação. Fica consignado que o conselheiro estadual que não realizar a capacitação deverá
215 encaminhar justificativas. **Parecer do CEAS**: Aprovado, devendo o conselho elaborar uma deliberação
216 sobre a utilização do IGD Bolsa Família no custeio de transporte dos conselheiros que não residam no
217 polo de realização do curso. Repassar a Gestão do SUAS o nome dos conselheiros para capacitação:
218 Carlos/Londrina, Marta/Cascavel, Andreia/Curitiba, Zilma/Maringá, Rubens/Maringá, Ricardo/Curitiba. O
219 conselheiro estadual da sociedade civil que não participar do curso deverá informar a mesa diretora do
220 CEAS os motivos da não participação. **4.2 Pauta Permanente: Vigilância Socioassistencial.** A
221 conselheira Tatiana apresentou um panorama do Censo 2015 e explicou que a equipe da Gestão do SUAS
222 vem monitorando e acompanhando o preenchimento do Censo e que o prazo final para preenchimento é
223 dia 06/12/2015 e que o MDS vem sinalizando que não será aberto novamente, também informa a
224 importância da finalização do preenchimento para que o município não sofra penalidades. A conselheira
225 também agradece a colaboração dos Conselheiros e equipes dos Escritórios Regionais, pois se hoje
226 estamos com excelentes resultados é devido ao esforço coletivo. Municípios pendentes em 03/12/2015:
227 CRAS: Campo Bonito e Lindoeste. CREAS: Cândido de Abreu. CREAS/Centro POP: Curitiba e Araucária.
228 UNIDADES DE ACOLHIMENTO: Paranaguá, Apucarana e Rio Branco do Sul. GESTÃO MUNICIPAL:
229 Lindoeste e Corbélia. CENTROS DE CONVIVÊNCIA: Vera Cruz do Oeste, Laranjeiras do Sul, Colorado,
230 Floresta, Foz do Iguaçu, Nova Cantu, Centenário do Sul, Curitiba, Paiçandu, Ivaí, Ibaiti, Umuarama e
231 Rolândia. CONSELHOS: Curiúva e Diamante do Norte. **Parecer da Comissão**: Ciente e sugere que após
232 o encerramento do sistema os municípios pendentes encaminhem justificativa ao conselho do não
233 preenchimento do Censo SUAS 2015. **Parecer do CEAS: Aprovado, devendo encaminhar ofício aos**
234 **CMAS que não preencheram o Censo, para justificativas.** A Conselheira Tatiana, informa que houve
235 pela manhã (dia 03/12) uma apresentação do Prontuário do SUAS e Vigilância Socioassistencial: PMAS x
236 CENSO para a Sociedade Civil e que estaremos disponibilizando no site da SEDS a orientação sobre o
237 referido prontuário, a qual também será enviada por e-mail para os conselheiros e Escritórios Regionais.
238 **Parecer da Comissão**: Atendendo a solicitação efetuada durante a apresentação pelos conselheiros da
239 sociedade civil e governamentais, sugere que o assunto Vigilância Socioassistencial e Instrumentos de
240 Gestão sejam contempladas em uma reunião ampliada no primeiro semestre em 2016. A comissão
241 aprova o encaminhamento sugerido. **Parecer CEAS: Aprovado.** A Comissão valida a retificação do
242 Censo Conselho Estadual, no item que trata sobre capacitação presencial dos Conselheiros, na questão
243 nº47 o qual tinha sido preenchido não e os conselheiros levantaram que houve capacitação presencial.
244 Na questão nº50 que trata órgão responsável pela capacitação fica preenchido Gestão Estadual. **Parecer**
245 **da comissão**: Aprovado. Sugere que para o preenchimento dos próximos instrumentos, seja
246 encaminhado antecipadamente para os conselheiros o questionário para análise. E que seja observado
247 um horário maior para discussão do mesmo. **Parecer CEAS: Aprovado. Comissão de**
248 **Acompanhamento aos Conselhos Municipais de Assistência Social. 5.1 Ofício nº006/2015 do**
249 **CMAS de Nova Aurora**: Em resposta ao Ofício do CEAS/PR, o CMAS de Nova Aurora informa que há
250 uma Secretária Executiva, com formação em Serviço Social, para atender o CMDCA, CMAS e CMDI.
251 Encaminharam Portaria de designação e Ata do Conselho sobre a ciência da Secretaria Executiva.
252 **Parecer da Comissão**: Ciente. **Parecer do CEAS**: Ciente. **5.2 Dúvidas do CMAS de Leopólis**: O CMAS

253 de Leopólis encaminha dúvidas relacionadas à composição do Conselho de acordo com a sua Lei de
254 Criação e questionam sobre os prazos para adequações da composição, considerando que o novo
255 mandato do Conselho foi eleito durante a Conferência em Agosto/2015. Na lei de criação do Conselho,
256 não consta a representação dos Trabalhadores do Setor, somente Entidades e Usuários. Foram nomeados
257 para compor o Conselho representante de Sindicato como Entidade Prestadora de Serviço. **Parecer da**
258 **Comissão:** Sugere-se que o CMAS encaminhe à Câmara Municipal proposta de adequação da Lei de
259 criação do Conselho, e no que tange à composição, deverá ser incluída a representação de trabalhadores
260 do setor, bem como a inclusão de um parágrafo único que disponha que na ausência de alguma
261 representação da sociedade civil no processo eleitoral, a vacância será preenchida por usuários da
262 Política. Sugere-se ainda que na Lei de criação do Conselho seja desvinculada a eleição da sociedade civil
263 durante a Conferência Municipal e que seja mencionada que a eleição será realizada em Assembleia
264 própria (que poderá ou não ser realizada durante a Conferência Municipal). Após aprovada e sancionada
265 a Lei, o CMAS deverá consultar o Jurídico do município, a fim de que este oriente sobre os procedimentos
266 legais para convocação de nova eleição, objetivando a adequação da composição do Conselho. Caso o
267 Jurídico do município não possa orientar sobre esses procedimentos, sugere-se que o CMAS encaminhe
268 uma consulta ao MP Local para as devidas orientações. Vale considerar que o Sindicato se enquadra na
269 representação de Trabalhadores do Setor e não de Entidade Prestadora de Serviço. **Parecer do CEAS:**
270 **Aprovado. 5.3 Inclusão de Pauta: Ofício nº003/2015 do CMAS de Abatiá. O CMAS de Abatiá**
271 **encaminha, conforme solicitado pelo CEAS/PR, Decreto atualizado de composição do Conselho.**
272 **Parecer da Comissão:** Ciente. A composição, de acordo com o Decreto, está Correta. **Parecer do**
273 **CEAS:** Ciente. **Constituição da Comissão de análise das deliberações da XI Conferência Estadual**
274 **de Assistência Social.** A Comissão fica constituída com os seguintes conselheiros: Ricardo Vilarinho,
275 Rubens Marcon, Mileny de Lima, Maria de Lourdes, Elenice Malzoni e Gladys Tortato. Maria de Lourdes
276 ainda sugere que a primeira reunião da Comissão, a ser realizada em Fevereiro de 2016, seja de caráter
277 ampliado com representantes do Programa Família Paranaense e COGEMAS. **Relatório Final da XI**
278 **Conferência Estadual de Assistência Social.** A Secretária Executiva apresentou o Relatório Final da XI
279 Conferência Estadual. **APROVADO.** Na sequência ela colocou que os materiais dos coordenadores da
280 delegação do Paraná para a X Conferência Nacional de Assistência Social já foram entregues aos
281 coordenadores, nele contém cópia das propostas aprovadas na Conferência Estadual para a União, bem
282 como categorização das propostas vindas dos municípios e sistematizadas pelas regionais e pela Sede,
283 por diversidade/demandas locais. Essa tarefa, foi demandada por meio do Informe nº06/2015 do CNAS
284 aos Órgãos Gestores Estaduais. Maria de Lourdes complementou a fala da Secretária Executiva e reforçou
285 que esse material será entregue aos delegados/as do Paraná durante a Conferência Nacional, de modo
286 que eles possam ficar instrumentalizados para o debate; ela ainda colocou que por falta de
287 entendimento, essas questões não foram preenchidas no SISCONFERÊNCIA, fato esse alertado pela
288 relatora do CNAS, Marcia Lopes, a qual sugeriu que esse trabalho fosse realizado posteriormente, e que
289 os delegados/as tomassem ciência para o acompanhamento do debate durante a Conferência Nacional.
290 Na sequência, a conselheira do ER Ponta Grossa, **Luciana Silvestre**, relatou sobre o ocorrido no
291 município de Reserva. O município deliberou por um recurso no valor de cem mil reais, repassado através
292 de Emenda Parlamentar para o Centro de Convivência da Pessoa Idosa do município. Após ocorrida a
293 deliberação, a Câmara Municipal encaminhou uma carta ao Conselho, depreciando as suas ações e
294 atribuições enquanto instância deliberativa. Essa fato gerou uma grande mobilização no município, e por
295 isso, o CMAS encaminhou uma Nota à Câmara Municipal. **Encaminhamento:** Solicitar do CMAS de Reserva
296 informações sobre o ocorrido para que o CEAS/PR possa se posicionar junto ao Conselho Municipal e
297 Câmara Municipal. **Ricardo Vilarinho**, preocupado com os últimos desastres naturais ocorridos no
298 Estado do Paraná, sugere que este Conselho providencie uma apresentação sobre os Protocolos de
299 atendimento nos casos de desastres e calamidades públicas, bem como as ações de prevenção das
300 catástrofes. Maria de Lourdes esclarece o conselheiro Ricardo que o Paraná está bem avançado nos
301 atendimentos de desastres naturais, sugere ainda que o conselheiro proceda uma consulta sobre
302 protocolos junto à Defesa Civil do Estado para o esclarecimento de suas dúvidas, e caso tenha alguma
303 situação pertinente ao CEAS/PR, ele poderá trazer os subsídios para discussão na próxima reunião do
304 Conselho. Complementando a fala da Maria de Lourdes, Inês Roseli relembra os conselheiros da presença
305 do Coronel da Defesa Civil em uma reunião do CEAS, e deu exemplo dos trabalhos da Defesa de seu
306 municípios que foram fazer um treinamento no Japão. **Informes: Adequações do Plano Estadual de**
307 **Regionalização:** Carmen Zadra, coordenadora adjunta da CPSE, **relatou o resultado do segundo**
308 **parecer enviado pelo MDS no que tange às adequações enviadas do Plano Estadual de**
309 **Regionalização. Em relação à Média Complexidade – PAEFI/CREAS, o Parecer foi favorável; e**
310 **em relação à Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento para crianças e Adolescentes e**
311 **Serviço de Acolhimento para Adultos e Família, o Parecer foi parcialmente favorável, as**
312 **informações detalhadas serão enviadas via email para os conselheiros. Na sequência, A**
313 **técnica Michele da UTPFP, incluir como Informe complementações que não repassadas durante**
314 **a reunião da Comissão de Políticas Sociais no dia anterior. Ela informou que o atual modelo de**
315 **transferência de renda "Renda Família Paranaense" será mantido. Para a execução deste**

316 **modelo, o Governo do Estado foi autorizado pela União através do Acordo de Cooperação**
317 **02/2013 a complementar o Programa Bolsa Família com recursos do estado do Paraná e para**
318 **efetivar este repasse a SEDS realizou o Contrato 083/2013 com a Caixa Econômica Federal,**
319 **agente operador do Programa Bolsa Família, previsto em lei. Tanto o Acordo quanto o Contrato**
320 **tem prazo de vigência até 31/12/2015.**
321 **A técnica ressaltou a necessidade de possuímos o Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação**
322 **02/2013 assinado pela Ministra do Desenvolvimento Social e pelo Governador do Estado do**
323 **Paraná, em tempo hábil para que se possa realizar o Termo Aditivo ao Contrato 083/2013 com**
324 **a CAIXA, pois sem a assinatura do Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação, a SEDS não poderá**
325 **formalizar o Contrato com a Caixa. A técnica relatou que desde setembro deste ano já**
326 **manifesta o interesse junto ao MDS para celebração de Termo Aditivo, o contato esta sendo**
327 **efetuado através da Coordenadora Geral de Concessão e Administração de Benefícios, Caroline**
328 **Augusta Paranayba Evangelista. Já foram encaminhados inúmeros e-mails, assim como**
329 **contatos telefônicos, além de 2 ofícios enviados pela Secretária destinados ao Secretário**
330 **Nacional de Renda de Cidadania. Salientamos em último e-mail enviado à Senarc na data de**
331 **30/11/2015 da importância da assinatura deste Termo Aditivo urgentemente para podermos**
332 **assinar o aditivo de contrato com a CAIXA e que nosso prazo seria até o dia 07 de dezembro. O**
333 **retorno dado pela Senarc no mesmo dia foi de que estão cientes da necessidade de assinatura**
334 **e de que estão envidando esforços para encaminhar a documentação celeremente. Deste modo**
335 **foi informado ao CEAS/PR de que os procedimentos necessários para aditivar o acordo de**
336 **cooperação para manutenção da transferência estadual foram tomados, estando o estado do**
337 **Paraná, aguardando o retorno do Governo Federal com a autorização para manutenção da**
338 **complementação e que sem esta autorização ficamos impossibilitados de repassar os valores**
339 **de transferência às famílias. Finalizando a última reunião 2015 do CEAS/PR, Maria de Lourdes,**
340 **em nome da Secretária Fernanda Richa, agradeceu a presença de todos os conselheiros e**
341 **relatou da sua gratidão por fazer parte deste grupo, com uma excelente Conferência Estadual**
342 **realizada no ano de 2015; ela ainda menciona que o grande desafio é aumentar o aporte**
343 **orçamentário e financeiro do CEAS/PR, objetivando maior aplicação de recursos nas ações na**
344 **Política Estadual de Assistência Social. O Presidente do CEAS/PR, Rubens Marcon, agradeceu a**
345 **Deus pela saúde de todos reunidos neste dia, agradeceu também ao Leandro e Lourdinha, à**
346 **Secretária Fernanda Richa, e Secretaria Executiva. Ele deseja que no próximo ano o Conselho**
347 **continue trabalhando da mesma forma, com um único objetivo, desejando um bom Natal e um**
348 **próspero ano novo com muita prosperidade e harmonia. A presente ata foi gravada e redigida por**
349 **Regina Amasiles, digitada por Michelly Miranda, sendo a Secretária Executiva Helena Navarro Gimenez.**
350